

CARLOS FICO

Como os militares
ameaçam a
democracia
brasileira desde o
nascimento da
República até hoje

UTOPIA AUTORITÁRIA BRASILEIRA

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

**CARLOS
FICO**

Como os militares
ameaçam a
democracia
brasileira desde o
nascimento da
República até hoje

**UTOPIA
AUTORITÁRIA
BRASILEIRA**

Revisão técnica

João Roberto Martins Filho

CRÍTICA

TRECHO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.

Copyright © Carlos Fico, 2025
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2025
Todos os direitos reservados.

Preparação: Laís Chagas

Revisão: Ana Maria Fiorini

Diagramação: Negrito Produção Editorial

Capa: Fabio Oliveira

Imagens de capa: David Smart/Shutterstock; goldnetz/Shutterstock

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Fico, Carlos

Utopia autoritária brasileira : como os militares ameaçam a democracia brasileira desde o nascimento da República até hoje / Carlos Fico ; revisão técnica de João Roberto Martins Filho. – São Paulo : Planeta do Brasil, 2025.
448 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-422-3381-0

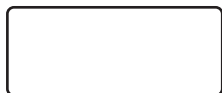
1. Brasil – História 2. Militarismo 3. Democracia I. Título II. Martins Filho, João Roberto

25-1134

CDD 981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil – História



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2025

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação

São Paulo-SP – CEP 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

Acreditamos nos livros

Este livro foi composto em Adobe
Garamond Pro e impresso pela Lis
Gráfica para a Editora Planeta do
Brasil em abril de 2025.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Deposição de Pedro II	13
“Banco aceita transação”	13
A guerra e o ressentimento contra os civis	15
Questão militar	32
O pecado original da República	51
Predomínio militar na nova Constituição	76
A mocidade militar se revolta	95
Um golpe militar durante a Revolta da Vacina	95
A revolta da Escola da Praia Vermelha	102
Punição e anistia	112
Fraudes, indignação e voluntarismo militar	117
Em busca da verdade eleitoral	117
O tenentismo	121
A glorificação dos tenentes	124
A “Reação Republicana” e as cartas falsas	129
1922: tentativa de golpe no Rio de Janeiro	142
1924: tentativa de golpe em São Paulo	150

Militares, revolução e ditadura	159
A deposição de Washington Luís	159
O autogolpe do Estado Novo	193
1945: Deposição de Getúlio Vargas	218
Cinco presidentes e dois golpes.	237
General democrata ou sedicioso?	237
O segundo governo Vargas	238
Contra a posse dos eleitos.	250
Duplo golpe	264
Voos turbulentos	285
Militarismo na Aeronáutica	285
Jacareacanga	287
Aragarças	297
O pior da história do Brasil	307
A renúncia inesperada.	307
Veto militar e imposição do parlamentarismo.	322
Deposição de João Goulart.	335
Uma memória controvertida.	335
Desestabilização e conspiração	341
Antecedentes	348
O golpe de 1964	357
Conclusão	367
Agradecimentos	381
Bibliografia.	383
Notas	399

DEPOSIÇÃO DE PEDRO II

“Banco aceita transação”

Políticos que defendiam a República durante o Império, sobretudo do Partido Republicano Paulista (PRP), criado em 1873, perceberam que não conseguiriam derrotar a monarquia sem o auxílio do Exército. Isso se tornou um problema no início de 1888, quando um deles, justamente o presidente do partido, Bernardino de Campos, discursou na Assembleia Legislativa de São Paulo. Na ocasião, ele criticou o presidente do Conselho de Ministros, o barão de Cotegipe – chefe do Governo –, por não ter punido militares indisciplinados no ano anterior: “Será necessário que eu rememore outra vez as capitulações aviltantes do poder público, toda vez que o poder armado se ergue diante dele?”. Outros “republicanos históricos”, como Francisco Glicério e Quintino Bocaiuva, pediram a Bernardino que não criticasse os militares. Em março, Bocaiuva, que morava no Rio de Janeiro, chegou a viajar a São Paulo com esse propósito. Sentindo-se pressionado, Bernardino renunciou à presidência do partido, mas acabou voltando atrás.¹

Campos Sales – outro integrante do núcleo “histórico” – havia se convencido da necessidade de apelar para o Exército e, em São Paulo, buscava obter o apoio do 10º Regimento de Cavalaria. Ele mantinha contato com Francisco Glicério, que estava no Rio de Janeiro nas vésperas da Proclamação da República. Para se corresponderem sem serem

interceptados, os dois combinaram uma “chave telegráfica”, como descreve Campos Sales em suas memórias:

Por esse tempo, andavam em grande atividade os empréstimos sob garantia de hipoteca ou penhor agrícola por intermédio de bancos designados pelo governo para a prestação de auxílio à lavoura. Foi em torno dessa medida governamental, destinada a gerar simpatias para o trono, que os republicanos organizaram a sua chave telegráfica. Entre outras combinações, ficou assentado o seguinte: *banco* significava Exército; *transação*, revolução; *penhor agrícola*, 10º de cavalaria etc. etc.

Três dias antes da Proclamação da República, Campos Sales recebeu um telegrama de Glicério afirmando que o banco aceitava a transação e pedindo notícias sobre o penhor agrícola.² Ou seja, estava garantido o apoio do Exército, no Rio de Janeiro, à deposição de Pedro II e à Proclamação da República.

A conjugação dos interesses dos militares com as pretensões dos políticos republicanos decorreu de um processo relativamente longo, que, por sua vez, demandou a configuração dos militares como atores políticos relevantes. Há consenso na historiografia de que a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi essencial para a constituição de uma “identidade corporativa” do Exército, que, assim, “desenvolveu interesses próprios e começou a querer também uma voz própria, inclusive política”.³

De fato, o conflito gerou, nos militares brasileiros, um senso de superioridade diante dos políticos. Nas duas décadas seguintes, seu sacrifício na guerra seria usado como uma justificativa da conformação das Forças Armadas – sobretudo do Exército – como agente político com direito a se posicionar e a atuar na política interna do Brasil. A fim de entendermos o papel dos militares nos eventos de 1889, portanto, precisamos recuar ainda algumas décadas, para quando a Guerra do Paraguai foi deflagrada.

A guerra e o ressentimento contra os civis

O conflito foi bastante difícil e demorou muito mais do que previa o governo brasileiro. Desde os anos 1850, tendo controlado diversas rebeliões que haviam abalado o país durante o período regencial,* o Império viveu uma fase de relativa tranquilidade, considerada por muitos como seu apogeu. Isso possibilitou ao Brasil “voltar-se para fora, para expandir o prestígio e os interesses do Estado nacional”,⁴ em busca de supremacia na América do Sul, além de outros objetivos mais concretos na região do assim chamado “Rio da Prata” (isto é, o estuário onde desagüam no Oceano Atlântico os rios Paraná e Uruguai), cuja bacia abrange o Brasil, o Uruguai, o Paraguai e a Argentina.

Um desses objetivos concretos era garantir o acesso à província de Mato Grosso,** a mais isolada do Império, local aonde se podia chegar quase exclusivamente por via marítima e, depois, subindo pelo estuário do Prata e navegando por rios até o porto fluvial de Corumbá ou o de Cuiabá. Outro objetivo prático era a defesa dos interesses de criadores de gado bovino no Rio Grande do Sul, pois eram frequentes os conflitos entre fazendeiros e as tensões na fronteira com o Uruguai.

Havia uma comunidade de brasileiros no Uruguai desde que a região fora militarmente ocupada e anexada, ainda pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, como uma das províncias brasileiras – a província Cisplatina. Essa situação foi mantida após a Independência em 1822, mas, com a derrota do Brasil na Guerra da Cisplatina (1825-1828), o Uruguai tornou-se independente. Entretanto, aquela comunidade brasileira lá permaneceu, criando frequentes problemas, sobretudo por causa da atividade pecuária em uma região de fronteira fluida. Os brasileiros no Uruguai não queriam restrições ao trânsito de gado, uma necessidade decorrente das peculiaridades da criação naquela região: mantidos em grandes fazendas, chamadas “estâncias”, os animais eram deixados soltos nas pastagens e vagavam livremente nos campos fronteiriços. Além disso, os brasileiros no Uruguai pediam ao Império proteção

* Após a renúncia de Pedro I (1831), o Império foi governado por regentes enquanto Pedro II não foi declarado maior de idade (1840).

** Após a Proclamação da República, as províncias assumiriam a designação de estados.

fiscal a fim de não serem penalizados com impostos, sobretudo para favorecer o comércio de charque. Eles também alegavam que sofriam perseguições e violências da parte dos uruguaios.

O Império já havia se envolvido em conflito com a Argentina, em 1851-1852, na chamada “campanha contra Rosas e Oribe”, conflagração que envolveu províncias argentinas associadas – a Confederação Argentina – contra Entre Ríos e Corrientes, províncias rebeldes aliadas ao Uruguai e ao Império do Brasil. O ex-presidente uruaio, Manuel Oribe, aliou-se ao governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, para reconquistar o poder e sitiou a capital Montevideú em 1843. A grande instabilidade da região preocupava o governo do Brasil. Por isso, segundo a diplomacia brasileira, era preciso derrubar Oribe e Rosas porque ambos, supostamente, planejavam “separar do Império a província do Rio Grande do Sul”.⁵ Oribe foi derrotado pelo Brasil em 1851, e Rosas, no início de 1852.

Os problemas na região prosseguiriam nos anos seguintes. Os criadores brasileiros no Uruguai continuavam reclamando e demandando proteção do Império para o livre trânsito de gado.⁶ Em 1863, eles se aproximaram politicamente do líder uruaio Venancio Flores, que tentava derrubar o partido que estava no poder. O governo uruaio reclamou junto ao Brasil. Em maio de 1864, o Império brasileiro enviou uma missão diplomática ao Uruguai para, em tese, obter reparação de prejuízos sofridos pela comunidade brasileira, mas, na verdade, para fazer exigências e ameaças ao governo do Uruguai. No início de agosto, o Brasil enviou um ultimato e, em outubro de 1864, forças brasileiras invadiram o Uruguai para depor o governo.

Escrevendo setenta anos depois, em 1934, o general e historiador militar Augusto Tasso Fragoso condenou a intervenção brasileira no Uruguai:

Eram grandes as prevenções contra os brasileiros; quase todas as agremiações políticas [do Uruguai] nos votavam ódio, ódio injusto e irreprimível. A nossa ingerência no conflito interno só poderia acirrar esse ódio e reviver as desconfianças e rivalidades ateadas desde os primeiros anos do povoamento dos nossos territórios.⁷

Sem saída, o governo uruguaio apelou ao Paraguai, e o presidente Francisco Solano López concordou em fornecer ajuda. Ele já havia enviado comunicação ao governo brasileiro, em agosto de 1864, dizendo que qualquer ocupação do Uruguai seria considerada ato “atentatório ao equilíbrio dos Estados do Prata, descomprometendo-se desde logo de toda responsabilidade das ulteriores”. Em novembro, em retaliação ao Brasil, López aprisionou o navio brasileiro *Marquês de Olinda* no rio Paraguai, cerca de 200 quilômetros ao norte de Assunção, capital do Paraguai. O navio conduzia o novo presidente e comandante das Armas de Mato Grosso,* recém-nomeado, na longuíssima viagem fluvial, rio acima, até Cuiabá.⁸

Por fim, em dezembro de 1864, López declarou guerra ao Brasil e invadiu o Mato Grosso (talvez tendo em mente antigas disputas de fronteira com o Brasil na região mato-grossense entre os rios Apa e Branco). A enorme província de Mato Grosso era presa fácil, visto que contava com pouco mais de 850 homens para a defesa de seu vasto território, dispersos em vários postos, e, portanto, não tinha condições de resistir à grande expedição paraguaia terrestre e fluvial (de que participou o aprisionado vapor mercantil *Marquês de Olinda*, improvisado pelo Paraguai em navio de guerra). A capital do Império tampouco conseguiria enviar socorro com rapidez. Assim, saindo pelo nordeste de seu país, as forças paraguaias tomaram, no Brasil, o Forte de Coimbra, nas proximidades da fronteira, e avançaram rumo ao norte de Mato Grosso até Corumbá. A notícia da invasão de Mato Grosso só chegou ao Rio de Janeiro em fevereiro de 1865, levada pelo barão de Vila Maria, após viagem acidentada de 47 dias de marcha e dezenove de descanso (a mais rápida até então) em lombo de mula. Os paraguaios se apoderaram de grande quantidade de armas e munição. Muitos brasileiros residentes nas imediações fugiram. A navegação fluvial ficou interrompida.⁹

Na sequência da ocupação de Mato Grosso, Solano López planejou invadir o Rio Grande do Sul. Para tanto, em janeiro de 1865, ele pediu

* O termo “presidente” foi usado até 1930 para designar os dirigentes estaduais. Após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas nomeou “interventores” para os estados. A adoção da palavra “governador” variou conforme a respectiva constituição estadual. O comandante das Armas tinha a incumbência de cuidar das forças armadas nas províncias.

extravagante autorização ao governo da Argentina para atravessar a faixa de território deste país que separa o sul do Paraguai do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e sudoeste do Paraná. O presidente argentino negou o pedido, alegando neutralidade no conflito entre o Paraguai e o Brasil. Surpreendendo a muitos, em abril de 1865 López invadiu a cidade argentina de Corrientes.¹⁰

Essa invasão causou grande indignação na Argentina, mas permitiu que o Império do Brasil estabelecesse aliança com este país, além do Uruguai – pois Venancio Flores, com apoio do Brasil, já havia tomado Montevidéu no início de 1865 –, originando o Tratado da Tríplice Aliança de 1º de maio de 1865. O plano dos três países era conter os conflitos no interior do território paraguaio e tomar a poderosa Fortaleza de Humaitá.

Quando o Império foi surpreendido com a invasão do Mato Grosso, a principal dificuldade era a precariedade do Exército brasileiro, que havia sido parcialmente desmobilizado no início do período regencial. A força não estava atualizada em termos técnicos ou estratégicos, nem possuía dimensão nacional. Por outro lado, a Guarda Nacional, criada em 1831, deixava o Exército em segundo plano e preocupava os militares, que temiam ser substituídos por ela. A Guarda Nacional era formalmente subordinada ao Ministério da Justiça, mas, na prática, servia aos interesses de chefes locais, sobretudo na manutenção da ordem interna. Os presidentes das províncias nomeavam seus comandantes e distribuíam patentes de acordo com seus interesses.¹¹ O Exército propriamente dito acabava sendo um complemento da guarda.

Em 1837, Araújo Lima, regente do Império, buscou reorganizar o Exército aumentando o seu efetivo, algo necessário para o enfrentamento das rebeliões regenciais. Em muitas situações, oficiais superiores do Exército comandavam forças da Guarda Nacional e, nos casos mais complicados, era preciso que o Exército fornecesse artilharia a cavalo e outros meios de combate de que a guarda não dispusesse. Em 1850, a guarda passou por uma reforma que visava dar maior poder ao governo central em detrimento dos chefes locais. Até a eclosão da Guerra do Paraguai, esse arranjo serviu para solucionar os problemas com a Argentina e o Uruguai.¹²

Além da precariedade do Exército em termos estruturais, havia o problema do recrutamento de soldados e marinheiros. O Paraguai, quando declarou guerra ao Brasil, já usava o sistema de alistamento militar universal. No Brasil, o recrutamento era feito conforme a necessidade e, como em muitos outros países na época, causava pavor na população masculina pobre pela arbitrariedade e violência com que ocorria. Com o início do conflito, o governo decidiu criar, em janeiro de 1865, os corpos de Voluntários da Pátria. De início, houve alguma adesão “patriótica”, por causa da indignação causada pela invasão de Mato Grosso, mas a exaltação cívica diminuiu com o correr da guerra. Alguns passaram a falar em “voluntários a pau e corda” em alusão ao sistema tradicional de alistamento compulsório, coercitivo, de homens pobres. No caso da Marinha, foram raros os alistamentos voluntários e o governo teve de oferecer prêmios em dinheiro para atrair marinheiros. Mas a existência dos Voluntários da Pátria alterou, de algum modo, a percepção geral sobre o serviço militar: “Ser soldado do Exército deixava de ser uma humilhação e um castigo para ser um ato de patriotismo”.¹³

Os integrantes da Guarda Nacional também foram usados durante a guerra, além de libertos e escravizados recém-alforriados (a alforria era condição prévia para o recrutamento de homens escravizados, embora alguns tenham se apresentado passando-se por libertos ou livres). O recrutamento foi um esforço de dimensões nacionais. As províncias que mais contribuíram com soldados foram as do Rio Grande do Sul e da Bahia. Como as tropas brasileiras eram heterogêneas – entre seus combatentes encontravam-se militares, membros da Guarda Nacional, além de voluntários, alguns libertos e outros poucos escravizados –, a principal preocupação do marechal Luís Alves de Lima e Silva, o marquês de Caxias, então comandante-chefe das forças do Império, foi organizar essas tropas despreparadas e improvisadas. Para alguns historiadores, após a Guerra do Paraguai o Brasil estava mudado porque a questão nacional havia sido debatida, e o Exército surgira como uma nova instituição nacional, incorporando outros grupos sociais e contando com reconhecimento, embora sem ter maior participação no poder.¹⁴

Foram grandes as dificuldades encontradas pelos aliados para circunscrever o conflito em território paraguaio e ocupar a Fortaleza de

Humaitá. A sangrenta batalha de Tuiuti e as difíceis lutas para tomar as defesas avançadas de Humaitá (as batalhas para conquistar os fortes de Curuzu e de Curupaiti), todas em 1866, tornaram as forças brasileiras cautelosas, ainda mais depois de sofrerem uma derrota em Curupaiti. A demora passaria a ser criticada pela imprensa, por analistas e até pelo próprio governo brasileiro, apesar de as causas da lentidão serem compreensíveis: era preciso organizar o Exército em plena guerra, como fez o general Manuel Luís Osório, um combativo comandante brasileiro. Joaquim Nabuco, descrevendo a época na famosa obra sobre seu pai, disse que “a guerra figurava-se interminável. Caxias parecia querer vencer pela paciência, pela velhice”. As tropas, imobilizadas, além de frustrarem as expectativas de uma vitória rápida, aumentavam os gastos governamentais.¹⁵

O fato de a guerra ser de natureza essencialmente fluvial também era uma grande dificuldade. O Império não contava com embarcações adequadas à navegação em rios como os da bacia platina e teve de fazer investimentos significativos para se adaptar. Em 1865, o Arsenal de Marinha da Corte, apesar de ser o melhor do país, não atendia as necessidades do Brasil nem mesmo em tempos de paz. Foi preciso trazer do Arsenal da Bahia duzentos operários. Entre 1865 e 1868, foram construídos três encouraçados, duas bombardeiras e cinco monitores, isto é, navios blindados que podiam suportar fogo pesado e com pequeno “calado” (a parte da embarcação que fica submersa), próprios para navegação em águas não muito profundas. Embarcações convenientes à navegação fluvial somente chegaram ao Paraguai, para reforçar a esquadra brasileira, em dezembro de 1867: eram três “monitores” equipados com canhões giratórios de grosso calibre. Os três primeiros seriam essenciais para o cerco à Fortaleza de Humaitá.¹⁶

A demora para a efetiva configuração da esquadra explicava em parte a hesitação dos comandantes brasileiros, que, por isso, davam a impressão de covardia. Mas as desconfianças dos chefes brasileiros em relação aos argentinos também foi um complicador. Até que Caxias assumisse o comando geral das tropas aliadas no início de 1868, a função era desempenhada por Bartolomé Mitre, o presidente argentino, que era favorável a uma ação imediata e decidida contra a Fortaleza de Humaitá. As recomendações de Mitre, no entanto, não eram bem-vistas pelos

comandantes brasileiros, que chegaram a recluir que o argentino pretendesse pôr os navios do Império em posição vulnerável. Para chefes militares brasileiros, como o almirante Barroso, parecia essencial manter nossos navios intactos.

A despeito de todas as justificativas, há algum consenso na historiografia sobre a falta de agilidade da Marinha imperial: “apesar de sua superioridade numérica e de armamentos, foi lenta e evitou ousar”. De fato, não houve perdas muito significativas quando os navios finalmente enfrentaram as fortificações paraguaias, o que leva alguns historiadores a classificarem como infundado o medo brasileiro de comprometer a esquadra. A Fortaleza de Humaitá foi cercada por terra e água a partir do final de 1867 e, no início do ano seguinte, a esquadra brasileira conseguiu ultrapassá-la navegando rio acima. Em julho de 1868, a fortaleza foi evacuada e, finalmente, o general Osório entrou em Humaitá. Aliás, um subproduto da guerra fluvial foram os esforços brasileiros para a construção de uma ferrovia até o Mato Grosso que possibilitasse o acesso àquela província por via não fluvial, luta em que se empenhou o general Osório. Mas tal estrada de ferro demoraria muito a ser construída.¹⁷

Todas as guerras são percebidas como tragédias pelos combatentes. No século XIX, havia o agravante das terríveis condições sanitárias, dada a ausência de tecnologias para a manutenção de condições mínimas de higiene (que só se desenvolveriam muito tempo depois) e, sobretudo, em função da inexistência de remédios, como os antibióticos. Assim, a percepção da Guerra do Paraguai como um enorme sacrifício vivido pelos militares brasileiros decorreu não apenas das dificuldades já mencionadas, mas também das muitas mortes causadas por doenças.

Por exemplo, quando afinal se deu o cerco da Fortaleza de Humaitá, houve inúmeras baixas causadas pela cólera. As longas esperas transformavam os arredores dos acampamentos militares em verdadeiras cidades, como no caso de Tuiuti, que persistiu por dois anos.¹⁸ A permanência em Tuiuti permitia obstruir a rota paraguaia de abastecimento da Fortaleza de Humaitá, enfraquecendo-a, mas a aglomeração de pessoas inviabilizava a manutenção de boas condições sanitárias. Nos arredores dos acampamentos, sempre se estabelecia o “comércio”, espécie de feira controlada por civis que vendiam toda a sorte de itens. O “comércio” de Tuiuti cresceu muito e, como já disse, tornou-se uma pequena cidade na

qual imperavam a escassez de água potável, a ausência de saneamento, a inexistência de sistemas de tratamento de resíduos e assim por diante.

As condições climáticas também não favoreciam a vida dos soldados brasileiros, especialmente aqueles provenientes de regiões quentes, como os numerosos baianos desacostumados do frio, que também causou muitas mortes. Alguns hospitais foram montados em navios, mas eram muito precários. O jovem baiano Dionísio Cerqueira alistou-se nos corpos de Voluntários da Pátria em fevereiro de 1865, poucos dias após a criação dessas unidades. Tinha apenas 17 anos, vinha de família com recursos, pois seu pai era catedrático de Medicina em Salvador. Talvez por isso ele tenha descrito de maneira muito realista as condições das enfermarias, sobre as quais dizia preferir “mil vezes as violentas refregas dos dias de batalha do que as agonias das enfermarias em marcha”. Cerqueira relata que os doentes eram transportados em carretas cobertas de couro, sobre peles de carneiro manchadas de “pus varioloso”.¹⁹ Ele diz que, na Batalha de Curuzu, houve muitas mortes por cólera. Havia uma enfermaria especial para esses doentes, mas os tratamentos eram inúteis e galpões se enchiam de cadáveres:

Medonhos cadáveres! Um dia entrei numa enfermaria próxima do batalhão. Havia um montão deles arrumados em andaina [fileira] nas tarimbas [nos estrados]. Tinham a pele enrugada e os olhos fundos. Estavam azulados, escaveirados como se tivessem morrido de fome. Uns mexiam-se, outros não tinham a algidez [o frio] da morte; eram cadáveres quentes. Os músculos do peito e dos braços contraíam-se como se aqueles mortos ainda vivessem.²⁰

Ele próprio se feriu durante a guerra, mas sobreviveu. Dionísio Cerqueira terminou sua formação militar quando voltou. Após a Proclamação da República, foi eleito deputado constituinte e, no governo de Prudente de Morais (1894-1898), foi ministro das Relações Exteriores. Deixou livro de memórias sobre a guerra, mas não o viu publicado. Morreu em 1910, aos 63 anos, quando revisava as provas tipográficas.

André Rebouças foi outro baiano que também deixou anotações críticas em relação às condições sanitárias dos acampamentos. Ele era engenheiro, formado pela Escola Militar. Alistou-se como voluntário da

pátria em 1865, com 27 anos, e atuou como primeiro-tenente na Comissão de Engenheiros. Referindo-se aos primeiros conflitos da guerra, disse que “as doenças causaram mais mortes do que os azares da batalha”.²¹

Rebouças, como outros jovens oficiais subalternos formados na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, via com muitas restrições a atuação dos oficiais-generais, mais velhos, que não tinham a formação intelectualizada fornecida pela Escola Militar. Rebouças os acusava de hesitação, dizendo-se cansado de “aturar a inércia destes velhos”, além de criticar a lentidão: “na Esquadra, como no Exército, é geral o descontentamento pela morosidade com que se faz esta guerra. Há uma irresolução, uma timidez, um excesso de precauções, que ora faz supor covardia e quase sempre é ridícula”. Criticava os superiores: “sofrer tais chefes, meu bom Deus, é indubitavelmente o maior sacrifício que faço persistindo em continuar até Humaitá esta campanha”.²² Ele não chegaria a Humaitá. Ficou doente e retornou ao Brasil em 1866, tornando-se conhecido como engenheiro. Teve papel importante na campanha abolicionista. Monarquista, acompanhou Pedro II na viagem rumo ao exílio.

Benjamin Constant Botelho de Magalhães – personagem importante para o entendimento do intervencionismo militar no Brasil – também deixou registro de sua passagem pela Guerra do Paraguai. Ele atuou na Comissão de Engenheiros e escreveu cartas à mulher e ao sogro. Reproduzindo a insatisfação de oficiais mais jovens em relação aos oficiais-generais, disse que a guerra transcorria “pessimamente”: “Todos estão desgostosos com a marcha que levam as coisas relativas à guerra”. Em novembro de 1866, exasperava-se com a aparente hesitação dos chefes militares: “Por que não se trata de dar uma batalha decisiva? Querem matar-nos ingloriamente”.²³

O marquês de Caxias era ligado ao Partido Conservador, mas fora chamado a comandar as forças brasileiras pelo gabinete liberal de Zacarias de Góis e Vasconcelos. Desde 1866, Caxias demandava recursos humanos e equipamentos que implicavam gastos e, como já se viu, os resultados efetivos tardavam. Por isso, passou a receber críticas de alguns jornais brasileiros e de membros do governo. No dia 20 de fevereiro de 1868, em uma reunião do Conselho de Estado que contava com a presença do imperador, Zacarias relatou que havia chegado

correspondência na qual Caxias pedia licença para deixar seu posto alegando “que o governo, longe de ter nele a mesma confiança que a princípio manifestava, procura por diversos modos tirar-lhe a força moral”. Isso ocasionou grave crise política que culminaria, em julho de 1868, na queda do gabinete liberal e na subida dos conservadores. Caxias continuou como comandante das forças brasileiras. Ou seja, a pressão de Caxias derrubou o governo. O episódio não deve ser lido como precursor do intervencionismo militar que caracterizaria a história brasileira no futuro, mas despertou um sentimento de oposição ao Poder Moderador.²⁴ Muitos anos depois, o general Góis Monteiro diria que a queda de Zacarias foi um golpe de Caxias.²⁵

Caxias já cultivava a típica antipatia pelos políticos que tanto marcaria inúmeras gerações de militares brasileiros dali em diante. Cansado e doente, considerou a guerra terminada após a tomada de Assunção em janeiro de 1869, voltando ao Brasil em fevereiro. Ele se refugiou em um sítio na Tijuca, no Rio de Janeiro, de onde escreveu ao general Osório, no dia 2 de março:

Aqui cheguei no dia 15, à noite, com boa viagem e um pouco melhor dos meus incômodos. Vim para este sítio para ficar mais longe dos foguetes e músicas da cidade, acompanhados nos longos discursos, que é cousa que os *casacas** pagam aos militares que têm a fortuna de não morrerem na guerra.²⁶

Osório estava na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, onde se recuperava de um ferimento sério na mandíbula esquerda decorrente de um tiro que levou no final da Batalha de Avaí, quando alguns paraguaios se retiravam ainda atirando. A bala saiu pelo queixo, dificultando a fala e a mastigação.²⁷

O imperador, ao contrário de Caxias, não considerou a guerra terminada e insistiu na captura ou expulsão do presidente do Paraguai. Por isso, foi necessário nomear um substituto interino para assumir o lugar de Caxias, e a escolha recaiu sobre o marechal Guilherme Xavier

* Os militares usavam a expressão para designar pejorativamente os políticos e autoridades civis.

de Souza, que estava doente e ressentiu-se do caráter provisório da indicação – que, além disso, tardava em ser oficializada. Paranhos, ministro dos Negócios Estrangeiros, precisou tranquilizar o marechal e, em carta ao barão de Cotegipe,* disse que Guilherme de Souza

também sofre, até certo ponto, desse sentimento de sobrançeria [falta de modéstia] que se tem animado com excesso nos chefes militares... (...). Hoje quase todos os chefes se julgam homens necessários, todos são mui sensíveis, todos querem ser rogados [alvos de súplicas], todos são mais ou menos sobranceiros. O elemento militar conheceu que a época lhe dá preponderância e é zeloso desta. Seja isto dito de passagem a propósito do mau humor do marechal Guilherme, que, aliás, parece reconhecer o cuidado com que tenho evitado ferir seu amor-próprio.²⁸

Cotegipe responderia dizendo que o melhor resultado da missão de Paranhos em Assunção era permitir que o ministro tivesse contato com as queixas e aspirações das tropas. Ele se disse especialmente preocupado com o retorno dos militares após a guerra, não só por causa das exigências que provavelmente fariam, “como principalmente pelo trabalho que hão de fazer sobre eles os políticos de *reforma* ou *revolução*”.²⁹

O tema foi discutido, em 1869, por outros integrantes da elite política civil: também é desse ano uma carta do deputado Ferreira Viana a seu amigo Cotegipe na qual diz que os militares “iam voltando da guerra cheios de ‘pretensões’”.³⁰

As reclamações contra os políticos – tidos difusamente como corruptos ou incompetentes, em contraste com a resignação dos militares diante dos sofrimentos que a guerra impusera – se tornariam um tema recorrente. Teriam sido muitos os “desgostos e desapontamentos infligidos pela incúria dos governos à corporação armada, que, estoicamente, tantos sacrifícios fizera na insana campanha contra o déspota paraguaio”, disse, em 1927, o marechal Joaquim Marques da Cunha, que foi professor da Escola Militar de Realengo e escrevia artigos históricos em periódicos militares como a *Revista do Clube Militar*. Além

* Paranhos estava em Assunção. Cotegipe, ministro da Marinha, o substituíu interinamente.

disso, havia entre os militares a percepção de que os políticos tinham sido incapazes de evitar a propagação de doenças e de cuidar adequadamente do abastecimento das tropas, pois foi preciso contratar fornecedores particulares que, de fato, se beneficiaram.³¹

É muito difícil estabelecer a origem ou as causas de um processo histórico, mas os indícios que vamos reunindo são eloquentes. Além da precariedade do Exército antes da guerra; do difícil relacionamento com a Guarda Nacional; das dificuldades de recrutamento e heterogeneidade das tropas; das acusações de lentidão; da necessidade de adequação da esquadra a uma guerra fluvial; das mortes causadas por epidemias, pelo clima e pela precariedade das enfermarias; das críticas dos jovens oficiais intelectualizados aos velhos oficiais “tarimbeiros”; além de tudo isso, as despesas governamentais do Ministério da Guerra, após o fim do conflito, diminuíram muito, atingindo o patamar mais baixo do período imperial (apenas 8% das despesas governamentais no ano fiscal 1878/1879). No pós-guerra, foram frequentes as reclamações contra o suposto descaso do governo, cujos esforços para equilibrar as finanças públicas eram vistos como uma irresponsabilidade do Império – que estaria negligenciando o Exército. Vários oficiais subalternos que atuaram no Paraguai sofreram, nos anos seguintes, “com promoções lentas, falta de aumento dos vencimentos e o reduzido orçamento destinado ao Exército”. De acordo com José Murilo de Carvalho, os oficiais mais jovens, após a guerra, desenvolveram um “ressentimento contra a elite civil” porque o governo não lhes daria a atenção merecida “em compensação ao esforço da guerra”.³²

Em *O ocaso do Império*, de 1925, livro sempre lembrado sobre o tema, o sociólogo Oliveira Viana disse que os militares desenvolveram um sentimento de “distinção de classe” e até de “superioridade” em relação aos civis:

nos meios militares, no último quartel do Império, havia generalizada esta convicção, de fundamento duvidoso, de que os homens de farda eram “puros”, “sãos”, “patriotas”; ao passo que os civis (...) eram corruptos, “podres”, sem nenhum sentimento patriótico. Daí uma certa mentalidade salvadora.³³

Assim, se tornaria um consenso na historiografia o entendimento de que “a Guerra do Paraguai teve o efeito de acentuar o orgulho de classe dos oficiais do Exército”, como disse Sérgio Buarque de Holanda. “O corpo de oficiais emergia da Guerra do Paraguai com um sentimento de unidade corporativa, um novo sentido de sua importância, uma amargura para com os civis e, talvez, com uma visão de mundo mais ampla.” A guerra “deu visibilidade aos chefes militares”. Segundo Fernando Henrique Cardoso, o Exército, após a vitória, passou a se entender como um “estamento cívico, provado na luta, que merecia respeito e queria exercer poder”.³⁴

Era uma mudança significativa, pois, até os anos 1880, o Brasil experimentou a preponderância do poder civil, causa de orgulho no mundo político que via com desdém os governos militares das repúblicas latino-americanas. Depois da guerra, entretanto, surgiram demandas militares por reconhecimento e se tornaria praticamente impossível reconduzir o Exército ao seu papel técnico e politicamente secundário.³⁵

Alguns autores, como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro, sugerem que as demandas dos militares vinham de longe, antes mesmo da Guerra do Paraguai. De fato, uma das principais causas de insatisfação, em especial entre oficiais mais jovens, era a demora nas promoções. O tema vinha sendo debatido na Câmara dos Deputados desde 1846 e, em 1850, o parlamento aprovou lei que alterava o tradicional sistema aristocrático de promoções (bem-nascidos favorecidos, nobres com acesso direto às patentes elevadas etc.), determinando que, para ascender na carreira, os militares deveriam passar por todos os postos. “As promoções para os postos de tenentes, primeiros-tenentes e capitães seriam por antiguidade, os majores, tenentes-coronéis e coronéis seriam promovidos metade por antiguidade e metade por merecimento. Já os postos de oficiais-generais seriam conferidos por merecimento.”³⁶

A lei também valorizava a formação acadêmica ao estabelecer que “os postos de alferes e segundos-tenentes serão preenchidos pelos sargentos, pelos cadetes que tiverem servido por algum tempo de oficiais inferiores e pelos alunos da Escola Militar”. O curso superior da Escola Militar durava cinco anos. Para a infantaria e cavalaria eram necessários apenas os dois primeiros anos (chamados pejorativamente pelos alunos de outras armas de “curso de alfafa”). O curso de artilharia demandava

o terceiro ano e o curso de estado-maior, o quarto. Finalmente, para a engenharia, era preciso cursar todos os cinco anos. Posteriormente, os cursos de infantaria e cavalaria seriam reduzidos a um ano.³⁷

Essa lei teve importância na medida em que criava expectativas de promoções “justas”, baseadas na antiguidade, na formação e no merecimento. Isso era especialmente importante para os jovens oficiais, “todos de família pouco abastada e sem influência”, como eles próprios se definiam, em contraste com os filhos de famílias privilegiadas, “destinados para os cursos jurídicos”. Ou seja, em tese, a lei garantia progressão funcional numa carreira estável e acessível a jovens pobres, muitos dos quais iam para a Escola Militar “mais por necessidade que por vocação”, já que a escola era gratuita e os alunos recebiam algum subsídio para estudar.³⁸

A lei também ocasionou a diferenciação entre oficiais com formação superior e os demais, os “tarimbeiros” – alusão aos militares com vivência nas tropas, nos quartéis, e sem formação “científica”. Os jovens oficiais “científicos” passaram a estabelecer dupla diferenciação: eles se consideravam superiores aos “tarimbeiros” e injustiçados diante dos bacharéis em Direito, civis, que conseguiam posições inacessíveis aos militares. A “mocidade militar” sentia-se menosprezada diante dos bacharéis e, por meio da Escola Militar, buscavam algum prestígio social: “A Escola da Praia Vermelha, antes que militar, era *rival* das academias civis”. Com o tempo, esse grupo de oficiais se transformaria “na única parte da sociedade que, sendo letrada, não se solidarizava com os ‘bacharéis’”.³⁹

O ressentimento da jovem oficialidade contra os legistas (isto é, os bacharéis em Direito que trabalhavam com leis, especialmente os parlamentares, mas também outros funcionários públicos como magistrados, conselheiros, advogados etc.) decorria não apenas da facilidade com que estes civis obtinham cargos públicos importantes, ao contrário dos militares, mas também de episódios pontuais. Por exemplo, em 1854, João Manuel Pereira da Silva, deputado conservador pelo Rio de Janeiro, formado em Direito na França e filho de rico comerciante português, apresentou projeto que proibia o casamento “sem licença do governo” de oficiais inferiores (alferes, segundos-tenentes, primeiros-tenentes e capitães) e de praças (soldados, marinheiros, cabos, segundos-sargentos e primeiros-sargentos).⁴⁰ O objetivo era fazer economia em relação ao pagamento de pensões (metade do soldo) para

viúvas e órfãos. Defendendo sua ideia, Pereira da Silva disse que não pretendia impedir que militares se casassem:

Não se proíbe o casamento de oficiais militares; não, senhores. Essa ideia seria imoral, decerto, e, portanto, inaceitável em uma lei. O que se exige é que eles peçam e obtenham licença do governo para o fazerem. É uma ideia de disciplina militar regularizar os casamentos dos oficiais. Assim como ninguém se pode casar sem licença das autoridades eclesiásticas (...) o militar deve requerer e obter licença do governo.⁴¹

A iniciativa causou preocupação a alguns deputados e, naturalmente, foi repudiada pelos jovens oficiais que logo atacaram a “classe legista”, questionando se ela pretendia privá-los de tudo, “até dos carinhos de uma mulher”.⁴² Em um jornal que esse grupo publicava na época, a crítica, cheia de ironia, mirava os bacharéis civis:

O tesouro em breve não pagará mais a onerosa pensão do meio soldo aos órfãos e às viúvas dos militares para que possam ter maior quinhão o que pertencer aos magistrados; também o soldo do militar daqui em diante não precisará ser aumentado; assim, ainda há esperanças de aumentar-se os ordenados prediletos; e de ver nascer uma enorme fonte de riqueza.⁴³

O projeto foi abandonado.

Após o conflito com o Paraguai, mas antes da crise de 1886-1887, o ministro da Guerra instituiu, em 1874, novas regras para o recrutamento militar baseadas em sorteio entre os cidadãos. A ideia era modernizar a sistemática, abandonando o recrutamento à força. Mas a proposta não chegou a ser implementada.⁴⁴ Isso frustrava as expectativas de modernização da jovem oficialidade intelectualizada.

Em 1879, durante as discussões sobre a lei de fixação das forças de terra e de mar,* a Comissão de Marinha e Guerra da Câmara dos

* O parlamento estabelecia, anualmente, a dimensão das tropas, conforme a tradição inglesa de manutenção de forças armadas em período de paz apenas com autorização parlamentar.

Deputados propôs um aditivo estabelecendo diversos cortes. Segundo a proposta, seria necessário

diminuir o número das praças de pré [soldados] nas várias unidades do Exército, extinguindo um posto de alferes em cada companhia, fundindo os vários corpos científicos em um só e eliminando em todas as armas o posto de tenente-coronel e as graduações de furriel [posto superior a cabo e inferior a sargento] e anspeçada [posto entre marinho e cabo]. Na Marinha, o mesmo aditivo prescrevia a supressão do Conselho Naval, a redução dos quadros de combatentes e comissários, a diminuição dos vencimentos dos maquinistas e a extinção do Batalhão Naval.⁴⁵

A proposta foi muito criticada pelos militares porque dificultaria as promoções. Eles se reuniram e, para combatê-la, nomearam uma comissão integrada, entre outros, pelo major Antônio de Sena Madureira, oficial reconhecido por se expressar com clareza. Em uma publicação no *Jornal do Commercio*, provavelmente escrita por Madureira, os militares alegavam que o aditivo os desestimulava na medida em que seus “serviços valiosos” não seriam recompensados.⁴⁶

Portarias do Ministério da Guerra (chamadas “avisos”) proibiam que os militares discutissem pela imprensa questões de serviço. Na época, algumas punições foram aplicadas, mas o aditivo foi abandonado.⁴⁷

Episódios realmente insignificantes seriam vistos, no futuro, como indicadores do suposto desprezo da elite civil pelos militares. Anfriso Fialho havia estudado na Escola Militar e participou da Guerra do Paraguai com 25 anos. Anos depois, ele descreveu o grotesco assassinato, em 1883, do jornalista Apulco de Castro, que editava o “periódico crítico, satírico e chistoso” *Corsário*. Apulco acusou um major do 1º Regimento de Cavalaria de não pagar suas contas em um pequeno comércio na rua da Quitanda, no Rio de Janeiro. Apesar da denúncia pública, o major nada fez. Apulco continuou a explorar o caso lançando um “alerta”: “Taverneiros! Açougueiros! Padeiros! Alerta! Quando virem um indivíduo que tenha galões e que seja oficial do 1º Regimento de Cavalaria Ligeira, sentido com ele! Se não for o tal, poderá ser outro de igual jaez”. A redação do *Corsário* foi assaltada no dia seguinte. Apulco denunciou que

tinha sido ameaçado de morte e pediu proteção policial. Dias depois, mesmo escoltado pela polícia, Apulco foi assassinado a punhaladas por um grupo de militares. Apesar da barbaridade do crime, para o capitão Anfriso Fialho o assassinato foi um “ato de dignidade militar”.⁴⁸

Também em 1883, o senador Paranaguá apresentou projeto estabelecendo contribuição obrigatória para um montepio (espécie de instituição assistencialista) militar. Em resposta, cerca de 250 oficiais se reuniram e escolheram Sena Madureira, já então no posto de tenente-coronel, para presidir um encontro. Eles tiveram o cuidado de não dar a impressão de indisciplina com a reunião, mas elegeram uma comissão para negociar com o Senado e “acauteelar completamente os direitos de todo o Exército”.⁴⁹

O projeto não foi adiante.⁵⁰

Sena Madureira seria protagonista de outro incidente. Em 1881, o jangadeiro Francisco José do Nascimento ficou famoso, junto com outros colegas, ao se recusar a transportar escravos em sua jangada para navios que faziam o tráfico interprovincial no porto de Aracati, no Ceará (o porto não tinha profundidade suficiente para os navios, que ancoravam a distância, daí a necessidade das jangadas). Ele visitou o Rio de Janeiro em março de 1884 como o principal convidado da Sociedade Abolicionista Cearense durante oito dias de festas* “para comemorar a total emancipação dos escravizados no Ceará”. Sena Madureira o recebeu festivamente na Escola de Tiro de Campo Grande, que então comandava. O ajudante-general do Exército,** visconde da Gávea, interpelou Madureira, que respondeu dizendo não dever satisfações senão ao comandante-geral da Artilharia. Atendendo ao pedido do ajudante-general, o ministro da Guerra, Filipe Franco de Sá, afastou Madureira do comando. Sena Madureira recebeu diversas manifestações de solidariedade. Pouco tempo depois, o novo ministro da Guerra, Cândido Luís Maria de Oliveira, publicou norma “proibindo a qualquer oficial do Exército alimentar discussão pela imprensa, ainda mesmo que seja para justificar-se de alguma acusação menos justa, sem prévia licença do mesmo ministério”. Este aviso atualizava outro, de 1859, que

* A província do Ceará aboliu a escravidão em 1884.

** A Repartição do Ajudante-General cuidava de todas as questões relacionadas a pessoal.

determinava “severa censura” aos militares que recorressem à imprensa para “provocar conflitos e desrespeitar seus superiores”.⁵¹

Todos esses episódios (e outros que poderíamos listar) indicam que os conflitos envolvendo militares vinham se acumulando, mas nenhum deles assumiu a dimensão da crise de 1886-1887.

Questão militar

Tudo começou com uma missão rotineira. O coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos foi encarregado de inspecionar grupos e fortificações militares no Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. Viajou para a região no dia 30 de dezembro de 1885. Em fevereiro de 1886, ele fez a inspeção da Companhia de Infantaria da província do Piauí, onde encontrou irregularidades no estoque de fardas da unidade: descobriu o “desaparecimento de grande porção de fardamento do depósito”. No dia 2 de março de 1886, enviou relatório ao ajudante-general do Exército denunciando o comandante da companhia, o capitão Pedro José de Lima. Tempos depois, o ministro da Guerra, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves – que era civil –, mandou submeter o capitão Pedro a “conselho de investigação”, um procedimento de investigação preliminar.

O deputado conservador pelo Piauí, Simplício Coelho de Resende, não gostou da acusação ao capitão Pedro Lima, também ligado aos conservadores, até porque o coronel Cunha Matos era ligado ao Partido Liberal. Simplício resolveu ocupar a tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 15 de julho de 1886, para protestar. Ele disse que o verdadeiro culpado seria um alferes.

O capitão Pedro Lima não é criminoso e nem jamais teve a menor cumplicidade no aludido roubo de fardamento, mesmo porque, tendo assumido o comando da companhia em outubro do ano passado, em fevereiro deste ano, três meses depois, não podia ser responsável pelo desfalque.⁵²

Disse também que o coronel Cunha Matos se comportou mal como inspetor no Piauí, “sem a devida gravidade e circunspecção, descendo

até o antro imundo e detestável da mesquinha política liberal daquela província”. Segundo o deputado, Cunha Matos queria inocentar os verdadeiros criminosos porque estava dominado pela “paixão partidária, deixando-se igualmente influenciar pelos chefes liberais do Piauí”. Simplício concluiu seu discurso – que não teria grande repercussão – criticando “os militares que se imiscuem na política” e que teriam a “argúcia da raposa” para “denunciar falsamente perante o ministro um companheiro de armas”.⁵³

O coronel Cunha Matos se sentiu ofendido. No dia 17 de julho, publicou na tradicional seção “A Pedido”, do *Jornal do Commercio* (muito usada para acusações, críticas e disputas políticas), uma nota esclarecendo detalhes: ele disse que já sabia que seria acusado de ter ocultado “faltas graves cometidas no Piauí por *correligionários meus*” e que o capitão Pedro o culpou, na imprensa do Piauí, por absolver os verdadeiros ladrões de fardamento. Nessa nota, o coronel Cunha Matos disse que apresentou queixa contra o capitão por “transgredir as regras da disciplina recorrendo à imprensa para agredir-me” – detalhe curioso, porque Cunha Matos acabaria sendo punido exatamente por recorrer à imprensa, como se verá. Concluiu dizendo que iria ignorar as ofensas do deputado: “não estou resolvido a levantar os insultos que da tribuna irresponsável me dirigiu o sr. deputado Coelho de Resende, naturalmente por ordem de seu constante companheiro de solo [um jogo de cartas] no Piauí”.⁵⁴

O caso, cheio de reviravoltas, se prolongaria. Cinco dias depois, o deputado Simplício voltou a ocupar a tribuna da Câmara para comentar a nota de Cunha Matos. Reafirmou a inocência do capitão Pedro, acusou Cunha Matos de ter “pouco escrúpulo” e de ser praticante de “trica [ardil, armadilha] e traição” e que a passagem sobre o jogo de cartas tinha sido uma “insinuação que veio com vista ao meu caráter”, sustentando que só recebia ordens “do povo soberano, dos meus eleitores”. Mas a parte chocante do discurso veio ao final, quando Simplício recuperou um episódio infeliz da Guerra do Paraguai:

Quem não está no caso de ombrear comigo, sr. presidente, é o *valiente* coronel que, pondo-se à disposição do maior inimigo da pátria, em uma guerra de honra, de enormes sacrifícios para seus filhos, cujo

patriotismo tanto nobilitou-os, dirigiu com toda a maestria contra as falanges aguerridas do Exército brasileiro, contra o lábaro sagrado, que simboliza o coração da pátria, a metralha inimiga, fazendo-o em farrapos, sem que tremesse-lhe a mão e o coração de brasileiro se lhe confrangesse!⁵⁵

O deputado retomava antigas suspeitas contra Cunha Matos, que, segundo alguns, teria colaborado com o presidente do Paraguai. A acusação era possivelmente injusta, talvez divulgada por desafetos do coronel, tendo em vista que Cunha Matos permaneceu um bom tempo como prisioneiro dos paraguaios depois de ser preso na segunda batalha de Tuiuti.⁵⁶

Aparentemente sem fundamento – nunca saberemos ao certo –, a acusação também se amparava no fato de que Cunha Matos, após ter permanecido como prisioneiro das forças paraguaias por catorze meses, foi afinal libertado em dezembro de 1868. Em fevereiro do ano seguinte, ele fez um relato ao chefe do Estado-Maior, Rufino Galvão, dizendo que “López ordenava que eu fizesse um relatório de nossas forças, dos recursos de que dispunha o Brasil, enfim de tudo quanto pudesse influir sobre a continuação da guerra”. Cunha Matos garantiu que, de início, se recusou a fazer isso, mas, depois, confessou que “de fato escrevi alguma coisa”.⁵⁷

Obviamente ofendido pela insinuação de Simplício, no dia seguinte, 23 de julho de 1886, o coronel Cunha Matos escreveu outra nota, que também sairia no *Jornal do Commercio*. Além de retomar a acusação de que Simplício era jogador malicioso, o coronel literalmente o chamou para a briga dizendo que lhe daria “prova da minha coragem e força muscular, se S.Sª agredir-me pessoalmente fora do parlamento”.⁵⁸

Reza a lenda que o deputado Simplício “foi para a rua do Ouvidor, onde ficou a passear de um lado para o outro” e que teria dito a Inocêncio Serzedelo Correia – capitão de artilharia que ainda terminava seu curso de Engenharia e que por ali passava – que esperava Cunha Matos “para lhe repetir de cara o que dissera na Câmara”. Esse episódio, talvez fantasioso, foi relatado pelo jornalista João Paraguassu, pseudônimo de Manoel Paulo Telles de Mattos Filho, que escrevia uma seção de curiosidades no *Correio da Manhã*. Ele diz que a história lhe foi transmitida

pelo jornalista e historiador Tobias Monteiro, que tinha opinião cômica sobre o deputado: “Simplicio deveria estar na galeria dos fundadores da República. Porque foi a causa de tudo o mais que se verificou”.⁵⁹

A novela se estenderia: no dia 26 de julho, o deputado Simplicio voltou a discursar na Câmara dos Deputados dizendo-se indignado por ter sido “vítima da insolência tarimbeira e (...) da valentia de que esse indivíduo deu mostras quando ao soldo do Paraguai”. Simplicio exigia respeito à sua imunidade parlamentar e perguntou se o ministro da Guerra “tem ou não meios de fazer conter o seu subalterno e cercar de todo o prestígio o representante da nação, quer seja ele fidalgo, quer seja plebeu, como eu”.⁶⁰

Cunha Matos não recuou. Recorreu novamente ao *Jornal do Commercio* para chamar o deputado Simplicio de “covarde agressor e caluniador”, que “pediu ontem socorro à Câmara!”. Tentou, ainda, esclarecer sua conduta como prisioneiro no Paraguai reproduzindo, em seu favor, depoimento do então major Wersen – observador prussiano na Guerra do Paraguai –, também prisioneiro do presidente López e companheiro durante um ano de Cunha Matos, com quem sofreu “as maiores torturas até o dia 27 de dezembro de 1868 em que lograram fugir juntos”.⁶¹

No dia 30 de julho de 1886, o ministro da Guerra, Alfredo Chaves, mandou repreender Cunha Matos em ordem do dia e o prendeu no quartel do 2º Regimento de Artilharia, por dois dias, por quebra de disciplina. O coronel Cunha Matos aceitou a punição sem novos protestos. Portanto, o ministro da Guerra, conservador, punia o coronel ligado ao Partido Liberal por causa da fala do deputado Simplicio, um “legista” conservador. Para Oliveira Viana, a punição aplicada pelo ministro da Guerra teria sido justa e a crise subsequente decorreria do fato de Alfredo Chaves ser um civil: “o Exército viu um endosso [do ministro] às injúrias atiradas pelo deputado, também ‘casaca’, à dignidade militar”. O diplomata e historiador Heitor Lyra (que via a monarquia com simpatia) disse em livro escrito entre os anos 1940 e 1960 que Cunha Matos era “militar turbulento e indisciplinado”. Sérgio Buarque de Holanda registrou que o coronel se tornaria um “‘sebastianista’ militante” e que, na Proclamação da República, ele continuou a defender o imperador garantindo que, “na pessoa do chefe da nação, encontrara sempre

a maior garantia de seus direitos”.⁶² Esse é um detalhe importante para não estabelecermos relações imediatas entre os personagens da Questão Militar de 1886-1887 e a futura Proclamação da República – mesmo que tais relações não sejam indevidas.

A crise não se encerrou com a punição de Cunha Matos. O general Câmara, visconde de Pelotas, era senador pelo Partido Liberal e amigo de Cunha Matos. Então com 62 anos, Pelotas tinha longa trajetória no Exército, tendo participado da campanha contra Rosas e Oribe e da Guerra do Paraguai, quando se notabilizou por comandar as tropas que cercaram Solano López no último acampamento paraguaio – onde o “tirano” paraguaio foi morto. Entre os veteranos comandantes mais notáveis da guerra, era o único que ainda estava vivo.⁶³ No dia 2 de agosto ele ocupou a tribuna do Senado para defender Cunha Matos. Disse que era

altamente censurável o procedimento do nobre ministro da Guerra. As nossas leis militares só proíbem que os oficiais publiquem pela imprensa artigos que contenham insinuações a seus superiores, ofensas aos seus camaradas e discussão sobre assuntos de serviço militar. É evidente que nenhuma destas faltas cometeu a vítima do nobre ministro da Guerra.

Generalizando a questão, Pelotas afirmou que protestava contra “o arbítrio, o desacerto, a violência do sr. ministro da Guerra”, levantando sua voz “em defesa dos oficiais do Exército, que devem ver, pelo que acaba de sofrer o seu camarada, *uma ofensa a todos eles feita*”.⁶⁴ Um evidente exagero.

Era costume que os ministros comparecessem aos debates parlamentares, mas o ministro da Guerra não estava presente nesse dia. Quem o defendeu foi Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, ministro da Justiça, que argumentou dizendo que o episódio nada tinha de novo, pois outras punições assemelhadas já haviam ocorrido no passado. Ele pediu que o tema fosse discutido em outro dia, na presença do ministro Alfredo Chaves. Pelotas retomaria a questão no dia 17, quando Alfredo Chaves compareceu para acompanhar a discussão sobre o orçamento da pasta da Guerra. Foi nesse dia que Pelotas se exaltou, sustentando que “o oficial que é ferido em sua honra militar tem o imprescindível direito de

desagravar-se”, tal como acontecia, segundo ele, até na “civilizada Europa”. Um senador concordou, lembrando que o ministro da Guerra da França envolvera-se em duelo recentemente, mas o senador pernambucano Barros Barreto questionou se as leis brasileiras permitiriam algo assim. Pelotas, irritado, respondeu:

Eu não digo que as nossas leis o permitam. Estou dizendo ao nobre ministro da Guerra o que eu entendo que deve fazer um oficial quando é ferido em sua honra. E fique sabendo o nobre senador por Pernambuco que quem está falando assim procederá, *sem se importar que haja lei que o vede*. Eu ponho a minha honra acima de tudo.⁶⁵

Na sessão de 2 de agosto, dia em que Pelotas fez sua primeira fala, o senador Franco de Sá havia dado breve aparte, corroborando a defesa que o ministro da Justiça fazia de Alfredo Chaves. Lembrou o episódio de 1884, quando ele, como ministro da Guerra, demitiu Sena Madureira do comando da Escola de Tiro de Campo Grande (no caso do jagadeiro). Momentos antes do aparte, Ribeiro da Luz havia insinuado que Pelotas, um liberal, nada dissera na ocasião para não prejudicar o gabinete liberal do conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira, integrado então por Franco de Sá. Na sequência, em seu aparte, Franco de Sá apenas disse: “Não houve abuso no caso do tenente-coronel Madureira: ele mereceu a repreensão e a demissão de comandante da escola de tiro por ter desrespeitado em ofício o ajudante-general”.⁶⁶

Por causa dessa fala, Sena Madureira voltou à cena. O tenente-coronel comandava na época outra escola de tiro, a de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Em 19 de agosto de 1886, ele publicou no jornal gaúcho *A Federação*, órgão do Partido Republicano, uma nota curta na qual ironizava as imunidades parlamentares (“parecem estar agora em moda”) e dizia que Franco de Sá não merecia resposta porque “nós, velhos soldados, nem sempre tomamos ao sério os generais improvisados que perpassam rápida e obscuramente pelas altas regiões do poder”.⁶⁷ Sena Madureira quis usar a imagem recorrente do “velho cabo de guerra”, mas tinha a mesma idade que Franco de Sá, 45 anos. Franco de Sá foi um dos vários civis que ocuparam a pasta da Guerra, e sua gestão realmente durou pouco: menos de três meses.